

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

SINDUSF-SP

CSP
Cafundó



REPARAÇÃO JÁ!



Dona Cida, liderança comunitária do Quilombo Cafundó

A luta dos quilombolas

131 anos após a abolição: a busca por reconhecimento do território e da ancestralidade

A existência dos territórios quilombolas vai muito além de uma lembrança de um passado, que expõem a história da escravidão no Brasil. Os quilombos expressam uma tradição de resistência e disposição de luta. Além de ser um patrimônio vivo, detentor de valiosos conhecimentos como uso de plantas medicinais, técnicas produtivas de agricultura familiar, registro oral da história e costumes do povo negro.

Oficialmente, existem mais de 3 mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro, a maioria lutando para conquistar a propriedade definitiva das suas terras, direito reconhecido pela constituição Federal desde 1988.

Porém, a confirmação desse direito ainda enfrenta a burocracia e a morosidade. Aliás, segundo os quilombolas, existem mais de 5 mil comunidades espalhadas pelo país. Isso por que, para fazer parte da lista oficial, a comunidade deve antes conseguir o reconhecimento do governo. E isso, segundo a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), depende de fatores como o acesso à burocracia pelas lideranças locais.

Atualmente, constam comunidades quilombolas em pelo menos 24 estados do Brasil. Ficando de fora somente os estados do Acre, Roraima e Distrito Federal.

A presença de um artigo, voltado a questão da luta dos quilombolas, na

CF, é fruto da mobilização do movimento negro.

“Aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (Art. 68/ADCT/CF1988).

Tal reconhecimento, motivou um acalorado debate sobre o conceito de quilombo e de remanescente. Trabalhar com uma conceituação adequada fazia-se fundamental, já que era isso o que definiria quem teria ou não o direito à propriedade da terra.



Sementes de quilombo

Foto: Quilombo Cafundó

O que é Quilombo? E quem são os remanescentes?

A palavra quilombo é originária do idioma africano quimbunco, que significa: sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupo étnicos desraizados de suas comunidades.

Estudos revelam que as comunidades quilombolas se constituíram



Marcos Norberto, coordenador da Associação dos Remanescentes de Quilombo Kabundu do Cafundó

a partir de uma diversidade de processos, incluindo as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição.

Portanto, o que caracterizava o quilombo, não era o isolamento e a fuga e sim a resistência e a autonomia. Ou seja, o movimento de transição da condição de escravizado para a de camponês livre.

A legislação brasileira já adota este conceito de comunidade

quilombola e reconhece que a determinação da condição destes grupos advém da autoidentificação. Tal interpretação é fruto de uma árdua luta dos quilombolas e seus aliados, que se opuseram às várias tentativas do Estado de se atribuir a competência para definir quais comunidades seriam quilombolas ou não. O autoreconhecimento, garantido no Estado do Pará desde 1999, só foi estabelecido na legislação federal em novembro de 2003, através do Decreto nº 4.887/2003.

O direito à auto identificação dos quilombolas e povos indígenas é reconhecido também na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tem peso de lei em nosso país.



RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO E TITULAÇÃO

O processo de titulação ou reconhecimento de posse de terras dos quilombolas começa com o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cidadania, após extinção do Ministério da Cultura pelo governo Bolsonaro.

Em seguida, inicia-se um processo de posse de terra. Nessa fase, o tempo depende da situação de cada quilombo. Se a comunidade estiver formada em terra particular o processo é de desapropriação de terras e não apenas de titulação.

A titulação de territórios quilombolas é de atribuição concorrente da União, unidades federativas e municípios (Decreto 4.887/03). Dessa forma, o Incra e órgãos das estruturas das administrações estaduais e municipais são responsáveis para efetivar a titulação nas suas es-



Foto: Cisp

feras de atuação.

A FCP emitiu até o momento 2.752 certidões de autodefinição para 3.311 comunidades quilombolas (algumas certidões englobam mais de uma comunidade). Enquanto os Institutos de Terra Estaduais e o Incra, entregaram 246 títulos em 159 Territórios Quilombolas (302 comunidades quilombolas).

Praticamente nada avançou em benefício dos quilombolas durante

os meses do governo Bolsonaro, conforme prometido pelo presidente durante sua campanha.

INCRA - O Incra vem sofrendo ataques por meio de cortes de verbas, o que impossibilita o trabalho dos servidores.

No último período, a superintendência da autarquia federal em São Paulo, chegou a devolver os carros alugados que serviam para atividades de campo por não ter dinheiro

para o combustível.

Neste ano nenhum RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) foi publicado. Este é o principal instrumento para a regularização das terras. Tal documento técnico tramita por vários níveis do órgão e, por fim, é publicado no Diário Oficial da União (DOU), sancionado pela Presidência da República. Sem RTID, não há titulação.

Somente após esse processo o título é registrado no cartório e passa a ser protegido, sendo impossibilitada a sua venda ou que a terra sirva como garantia para empréstimos ou penhor, além disso, não prescreve.

Como consequência da falta de reconhecimento, delimitação e titulação, os conflitos no campo vêm se acirrando.

CONFLITOS NO CAMPO E O AGRONEGÓCIO

Assim como os indígenas, o povo quilombola também trava uma luta histórica contra o agronegócio pelo direito de ter seus territórios reconhecidos e respeitados. Nessa luta, ocorrem os conflitos no campo, que também fazem vítimas sem-terra e ativistas.

Segundo o relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2018, 28.598 pessoas se envolveram em conflitos no campo. Neste mesmo ano, em 73,5% dos casos de conflito de terra e água em todo o Brasil predominaram as populações tradicionais, isto é, indígenas e quilombolas.

Em setembro de 2018, o quilombola Haroldo Betcel foi brutalmente assassinado a golpes de chave de fenda em Santarém, no Pará. Para a Polícia Civil, o assassino foi o caseiro do fazendeiro Silvio Tadeu dos Santos e está foragido.

O episódio, que parece caso isolado, têm um elo em comum: fazen-

deiros e produtores de soja, reunidos em torno do Sindicato Rural de Santarém (Sirsan) e fortalecidos no último ano pela vitória de Jair Bolsonaro – contrário à demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Apesar de ter sido reconhecido pelo Incra, o quilombo do Tingu, que abriga cerca de 500 pessoas, ainda depende da assinatura do presidente da República para ser homologado. Algo que pode nunca acontecer, se depender de Jair Bolsonaro.

Aliás, com Bolsonaro na Prediência, os ruralistas estão mais à vontade para ameaçar os quilombolas e questionar na justiça o direito às terras.

“A gente recebe ameaça em cima de ameaça, morte em cima de morte. O Estado quer desvincular a morte dizendo que é briga de vizinho. Não é. É conflito de terra por falta de demarcação dos territórios quilombolas”, afirma Gil Quilombola, liderança do quilombo de Nazaré, no Maranhão.



Quilombo Cafundó

Foto: Mayco Geretti/GI

Em São Paulo, alguns quilombos relatam problemas com grileiros e com ações judiciais morosas. O quilombo Cafundó, em Salto de Pirapora, enfrenta um ruralista que tenta derrubar a posse de algumas glebas concedidas pela Justiça há anos.

Tanto os indígenas como os quilombolas entendem que o respeito aos direitos territoriais está intimamente ligado à preservação ambiental e a práticas de produção mais sustentáveis e saudáveis de alimentos.

Por outro lado, o uso abusivo dos

agrotóxicos ameaça sobrevivência de povos tradicionais, que são afetados pela pulverização aérea perto das casas e plantações nos territórios. Mas não são só eles os prejudicados com o avanço do agronegócio, pois em menos de 6 meses, o governo Bolsonaro já liberou 239 pesticidas que vão para o alimento de todo povo brasileiro. A nova leva liberada possui 14 produtos extremamente tóxicos à saúde humana, 4 altamente tóxicos, 16 medianamente tóxicos e 8 pouco tóxicos.

Enfrentamento à bancada ruralista

Em 2004, o antigo PFL (atual Partido Democratas) contou com o apoio da bancada ruralista para abrir uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 3239) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o direito dessas comunidades à auto-declaração. Além disso, eles alegavam que apenas uma lei, e não um decreto, poderia prever os direitos dos quilombolas à demarcação. Porém, no mesmo ano, o Brasil adotou a Convenção 169 da OIT, que estabelece que o Estado não tem o direito de negar a identidade de um povo indígena ou tribal que se reconheça como tal.

Somente em fevereiro de 2018 Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que o decreto presidencial que define os ritos para demarcações de terras quilombolas é constitucional, rejeitando a ação do Democratas que pedia a revisão das regras e podia paralisar cerca de 1,5 mil processos.

O STF também rejeitou uma proposição do ministro Dias Toffoli para que fosse estabelecido um “marco temporal” para todas as demarcações de áreas quilombolas e indígenas. Segundo o princípio, só teriam direito a reivindicar terras os indígenas e quilombolas que as ocupassem quando a Constituição de 1988 foi



Foto: Guilherme Santos/Suizl

promulgada. A adoção do conceito do marco temporal é defendida pela bancada ruralista no Congresso, mas combatida por indígenas e quilombolas, muitos dos quais dizem ter sido expulsos de seus territórios originais antes de 1988.

O primeiro registro histórico que aponta o surgimento de um quilombo é de 1575, na Bahia. Transcorridos quase cinco séculos, o modo de vida nas comunidades quilombolas ainda mantém muitas semelhanças. Os quilombolas vivem e sobrevivem da terra, compartilhando tudo o que ela oferece. Praticam, com manejo sustentável, a agricultura familiar, a pesca e o extrativismo. Por, muitas vezes, viverem em regiões de difícil acesso, vários preservam costu-

mes e tradições ancestrais, como danças, cantos e toque de tambores. Há ainda comunidades que recentemente redescobriram suas origens.

O questionamento da identidade étnica dos quilombolas é uma manobra para encobrir o interesse econômico, porque quando reconhecidos, os territórios quilombolas e indígenas são terras que saem do mercado, não podendo ser comercializadas. A disputa, portanto, tem um caráter ideológico, mas, principalmente, econômico em benefício ao agronegócio.

A perseguição que quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais sofreram no passado são ignoradas pelo lobby ruralista. E quem ignora o passado é conivente

ou mesmo faz parte da opressão no presente.

A força da bancada ruralista cresceu exponencialmente desde 2004. Na época, a bancada tinha 154 das 513 cadeiras na Câmara dos Deputados. Hoje, rearticulada após perdas de deputados nas eleições de 2018, a Frente Parlamentar da Agropecuária – um lobby bancado por associações e empresas do agronegócio – conta com 225 signatários na Câmara, o que representa 44% do total dos votos. No Senado, os ruralistas detêm 32 das 81 cadeiras disponíveis. No total, são 257 ruralistas no Congresso Nacional.

É mais que a soma da bancada evangélica (formada por 84 deputados e 7 senadores, isto é, 91 congressistas), com a bancada da bala (ao menos 103 parlamentares, sendo 93 deputados e 10), totalizando 194. O problema é quando todas essas bancadas se juntam: Por exemplo, sem contar que alguns podem fazer parte de mais de uma frente, são 402 deputados, isto é, 78% dos votos na Câmara.

O partido do presidente é, disparado, o que mais engordou as fileiras da FPA. O restante dos “bolsonaristas” inclui nomes ligados à bancada da bala.

BOLSONARO USA IMUNIDADE PARA SER RACISTA

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro, encerrou, em junho de 2019, o processo de dano moral contra o presidente Jair Bolsonaro por declarações apontadas como racistas pelo Ministério Público Federal.

Numa palestra no Clube Hebraica, no mesmo estado, em abril de 2017, o então deputado federal disse que quilombolas não faziam nada e que o mais leve pesava sete arrobas. Bolsonaro afirmou também que, se for eleito, pretende acabar com todas as reservas de terra de

indígenas e quilombolas (descendentes de escravos que vivem em quilombos).

A defesa dele alegou que a acusação tinha “flagrante cunho político” e que suas declarações haviam sido interpretadas “de forma tendenciosa, com intuito de prejudicar sua imagem e a de sua família”. Também apontou que, por ser parlamentar, tinha imunidade inviolável para dar opiniões e que não tinha preconceito — apenas usara “piadas e bom humor” na ocasião da palestra.

Bolsonaro chegou a ser condena-

do a pagar R\$ 50 mil de indenização, por decisão da primeira instância da Justiça Federal. Ele recorreu e a 8ª Turma especializada do TRF-2, por unanimidade, o inocentou em setembro do ano passado. O enten-

dimento foi de que as declarações ocorreram no contexto da atividade parlamentar, que é protegida pela imunidade. No dia 15 de maio, o TFR-2 certificou o trânsito em julgado, o que encerra a ação.

ELDORADO - A relação do presidente com os quilombolas começou na década de 60, quando Percy Geraldo Bolsonaro e Olinda Bonturi Bolsonaro se mudaram com os seis filhos para Eldorado, no Vale do Ribeira. Foi no município que Jair Bolsonaro passou a infância e parte da adolescência. A mãe e os irmãos ainda vivem na região. Em 1970, o guerrilheiro Carlos Lamarca passou pela cidade e organizou um grupo de resistência à ditadura. Jair Bolsonaro e outros jovens cooperaram com o exército para encontrar trilhas no meio da mata. Em 1973, o Jair Bolsonaro saiu do município.



Vitórias contra as opressões

Em 2019, Bolsonaro teve duas derrotas judiciais importantes para a luta contra as opressões. Ambas se referem à danos morais, sendo a primeira, por ofensas machistas e a segunda por declarações homofóbicas e racistas. Ele ainda tentou usar a imunidade parlamentar para se safar, mas, ao menos nesses processos, não deu certo.

A primeira vitória veio em fevereiro, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a condenação por danos morais imposta pela Justiça para que o presidente pague uma multa de R\$ 10 mil por ofensas feitas contra a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS).

Bolsonaro foi condenado por ter afirmado, em 2014 - quando ainda era deputado federal -, que Maria do Rosário não merecia ser estuprada porque ele a considera “muito feia” e ela não faz o “tipo” dele. Conforme a decisão publicada no dia 23 de maio, o réu também teve que veicular uma nota de retratação, sob pena de multa diária. O presidente publicou o pedido de desculpas em seu perfil do Twitter no dia 13 de junho, quando o prazo venceu.

A segunda, ocorreu em maio, quando a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) decidiu manter a con-

denação do atual presidente a pagar R\$ 150 mil por declarações homofóbicas e racistas feitas por ele no extinto programa “CQC”, da TV Bandeirantes, em março de 2011. A indenização por danos morais coletivos será destinada ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, do Ministério da Justiça.

Na época, Bolsonaro disse que nunca passou pela sua cabeça ter um filho gay porque seus filhos tiveram uma “boa educação”, com um pai presente e que não participaria de um desfile gay porque não promoveria “maus costumes”. Já a manifestação racista surgiu após uma pergunta da cantora Preta Gil sobre como reagiria se um de seus filhos de apaixonasse por uma mulher negra.

Bolsonaro não pode mais recorrer à decisão. Na sentença, a juíza responsável pelo caso, Luciana Santos Teixeira, destacou que “não se pode deliberadamente agredir e humilhar, ignorando-se os princípios da igualdade e isonomia, com base na invocação à liberdade de expressão”.

Ainda em relação às derrotas de Bolsonaro, seu governo homofóbico e intolerante também perdeu quando o STF julgou constitucional o sacrifício de animais em cultos religiosos e criminalizou a homofobia.

Educação para a liberdade

A visibilidade política e organizativa das comunidades quilombolas cresceu desde que suas demandas foram reconhecidas pela Constituição Federal. Com isso, à pauta da defesa da terra juntou-se o direito à saúde, à educação, políticas sociais de qualidade de vida, valorização da história e cultura dos grupos existentes no campo e na cidade (quilombos urbanos).

A titulação das terras permite pleitear a construção de escolas e postos de saúde para a comunidade e o decreto de 2003 contribui para que as políticas públicas cheguem até os quilombos. Mas o fato de ter leis que garantam esses direitos não basta. Por exemplo, as políticas do governo Bolsonaro indicam um provável retrocesso nas conquistas obtidas até aqui.

Porém, as dificuldades enfrentadas na busca pelo direito à educação vêm de muito antes. Sempre foi necessário muita mobilização para conquistar a construção de uma escola rural e/ou impedir o fechamento das existentes.

Segundo lideranças quilombolas de São Paulo, ano após anos, seus povos lutam pelo direito constitucional de acesso à educação.

Nilce Pontes, coordenadora da Conag, conta que em Barra do Turvo/SP não há mais escolas rurais nos territórios quilombolas. Ao todo fecharam 10 escolas e as crianças estudam fora. “Mais em nenhum momento se fala sobre nossas ações e nem contam nossa história e tradições. Além disso, essa também está ameaçada de fechamento há 3 anos”. Em Ubatuba, a escola do quilombo está fechada há anos.

“Por menos que conte a história, Não te esqueço meu povo, Se Palmares não vive mais, Faremos Palmares de novo”

(Fragmentos da poesia *Insônia*, de José Carlos Limeira)

Apesar das perseguições e violência, a luta quilombola marcou toda história colonial e hoje segue sendo um exemplo de resistência. Zumbi não aceitou um acordo com os escravocratas e o governo de Pernambuco pela liberdade dos palmarinos em troca da renúncia da luta pela eliminação da ordem escravocrata. Isso porque não bastava emancipar os palmarinos, era preciso emancipar toda a população negra!

Já naquela época era notável para Zumbi, Dandara e outras lideran-

ças que fazer uma aliança com os poderosos oligarcas era negar um projeto de sociabilidade, uma outra forma de produzir a existência humana baseada em princípios de produção e repartição igualitária.

Mais de um século após a abolição da escravidão, ocorreram alguns avanços, mas, a ideologia escravocrata continua forte no Brasil. O Estado passou a atender medidas no plano identitário - demandas específicas do movimento negro - mas não garante a posse da terra, que seria uma política de reparação



e não apenas de ação afirmativa. Exemplo disso é que no governo de Frente Popular, centenas de certificados de comunidades quilombolas foram emitidos, porém, quase nenhuma titulação e regularização.

Hoje, o presidente do país nega completamente as demandas quilombolas e até mesmo ameaça a

existência dos movimentos.

Mais do que nunca é preciso resgatar a história para, além da pressão para a construção da política de promoção da igualdade racial através de ações afirmativas, garantir a manutenção dos direitos conquistados e os avanços efetivos na reparação dos séculos de opressão.